OS ANARQUISTAS E A GUERRA

Resposta à "Acción Libertaria,,

Para terminar

Tinhamos escrito que participar nesta guerra pelo motivo de não nos ser indiferente o desfecho militar é justificar para o futuro idêntica participação em tôdas as lutas entre os amos, nas quais em regra não nos é indiferente que a vitória penda para êste ou para aquele lado.

Não nos referiamos às revoluções, mesmo com objectivos minguados, que podem ser alargados com a nossa intervenção directa e de bandeira alçada, se tais revoluções teem carácter popular e nelas predominam elementos populares capazes de seguir a nossa iniciativa.

Mas a guerra entre Estados não é uma revolução, não é uma luta travada no bom terreno revolucionário. Esta guerra entre coligações imperialistas tem por fim a conquista ou a conservação da hegemonia política e do predomínio comercial — conseqüência fatal do regime capitalista; é travada entre «uniões sagradas nacionais», compostas de um lado e do outro de tôdas as classes e de todos os partidos, incluindo os mais reaccionários, tudo ligado pela mais feroz coacção militar, sob um regime político de estado de sítio e de censura prévia; é dirigida pelas oligarquias militares, políticas e financeiras, que a guerra enche de autoridade e prestígio, sobretudo se vitoriosa.

Ora, se o resultado dessas grandes ou pequenas brigas — guerras ou lutas políticas — entre os amos (que aliás pouco mais fazem do que dirigi-las) nos não é indiferente, o benefício que nos poderá advir de determinado êxito só será efectivo, precisamente se lutarmos contra todos os contendores, se mantivermos a nossa acção, os nossos métodos e o nosso programa, se pela massa não formos confundidos entre os partidários dum dos litigantes, obedecendo às suas ordens e servindo-nos dos seus meios e processos. Isto dissemo-lo desde o princípio e vimo-lo depois lúcidamente exposto por Malatesta (ver o seu artigo *A propósito dum desejo*, no nosso número de 10 de Janeiro).

Podemos ter grande empenho na substituição dum ministério por outro, ou na subida de um governante de índole liberal, ou mesmo na vitória de um déspota, para os efeitos de uma salutar reacção do povo. E tomaremos por isso o partido dum ministério contra outro ou lutaremos directamente pelo político liberal ou despótico? Se o fizéssemos, não tiraríamos do resultado nenhum proveito revolucionário e não faríamos mais do que consolidar o poder e a autoridade, actuando contra os nossos fins.

Aos abstencionistas por apatia e inconsciência preferimos os eleitores por convicção; e num acto eleitoral, preferimos a vitória dos mais liberais, ao menos como indicação, embora incerta e falível, dum estado de opinião — ao qual às vezes só falta mudar de método de luta e perder a fé no Estado e nos seus meios. ¿Quer isso dizer que devamos votar e fazer propaganda eleitoral pelo partido mais democrático, ou mesmo abster-nos da nossa campanha antiparlamentar? Pelo contrário: sempre nos opusemos até às eleições chamadas de «protesto», cujo fim não era governamental, mas sim a libertação dum preso político ou a possibilidade de acção para um propagandista de valor. Temíamos o equívoco, o mau precedente, o péssimo efeito educativo, a eternizar, a doirar de novo prestígio a acção eleitoral.

O que fazemos contra o parlamentarismo, devemos fagê-lo, com mais forte razão, contra o militarismo. O órgão militar é o mais antigo e essencial do Estado, podendo êste, na sua expressão mais simples, ser a êle reduzido. Demais, se o eleitor delega o poder e abandona a sua iniciativa, forjando e fortalecendo um instrumento de dominação e engano, mais completamente ainda o faz o soldado, autómato obediente e passivo.

Se para combater o Estado, embotando-lhe as armas, somos firmemente contra o parlamentarismo e a acção eleitoral e atacamos especialmente tudo o que pode dar-lhes um prestígio novo, como é o atribuir-lhes fins socialistas e proletários, ¿como havemos de aceitar uma adesão consciente e voluntária ao militarismo, e não para o desfazer e desorganizar ou para o voltar contra os amos, mas para cooperar na sua função estatal — a guerra? ¿Como havemos de atribuir ainda por cima ao Estado e à guerra efeitos e intuitos libertários — defesa contra a agressão, esmagamento do militarismo, libertação dos povos, independência das nacionalidades — auréola enganadora para o futuro?

Mas desta guerra, que não é sequer como aquelas em que um pequeno povo ofendido e pacífico é assaltado e espoliado por uma potência imperialista, como o Transval pela Inglaterra, Tripoli pela Itália e Marrocos pela Espanha e França, desta guerra colossal dizem os intervencionistas que é *única* e que marcará época na história.

E' possível. Mas seja qual fôr o valor relativo dêste ou daquele êxito militar (valor aliás hipotèticamente estabelecido e não perfeitamente certo e averiguado), a questão está em conservar a nossa individualidade e a nossa capacidade para aproveitar as ocasiões e vantagens que porventura se proporcionem.

¿E quais são as conseqüências das guerras, causadoras de grandes ou pequenas transformações políticas? As conseqüências *directas* são, para os Estados vencedores, a hegemonia política e económica no mundo, o desenvolvimento da indústria para exportar e do correlativo instrumento militar, o fortalecimento e prestígio do poder no interior e o aumento da fôrça repressiva; para os Estados vencidos, é a criação dum espírito nacional de desforra, que inspira e desvia mesmo a revolta popular, encaminhando-a para uma república burocrática, centralizada e militarista, na melhor hipótese; para todos os povos, é o aumento de miséria, a degeneração física, o recrudescer dos ódios de nação para nação.

Há também as conseqüências *indirectas*, independentes da vontade dos governantes e estranhas aos seus intuitos, as quais podem ser-nos favoráveis e sê-lo em maior ou menor grau, conforme o desfecho da luta, conforme triunfem estes ou aqueles, ou fiquem todos exaustos e desacreditados... Mas para tirar proveito destas circunstâncias, precisamos de contrariar as conseqüências directas da guerra, e os planos dos governos, precisamos de não ter nenhuma responsabilidade na guerra e nos seus males, precisamos de combater os responsáveis e inimigos de casa, único meio também de dar exemplo *internacional* e de atingir os outros governos.

A não ser que confiemos na evolução inconsciente e fatal das coisas e esperemos das guerras benefícios directos e dos governos e oligarquias o cumprimento das suas promessas. Nesse caso, nem reformistas necessitaríamos de ser: qualquer atitude nos conviria.

Ou a não ser que nos declarem reformistas (o reformismo não se limita ao parlamentarismo: tem formas várias quanto aos fins e quanto aos métodos), reformistas-estatistas em vez de anarquistas, interestatistas em vez de internacionalistas.

E *Acción Libertaria* parece bem que, ao menos desta vez, pôs as lunetas deformadoras do reformismo. Assim, no seu antepenúltimo artigo, se bem o interpretamos, mostra cair em cheio na concepção estatal de nação.

Diz-nos que as nacionalidades são «formações históricas naturais». Mas a que chama nacionalidades? Aos Estados? Se assim é, históricas são, e naturais também, pois que existem de facto há muito e não são sobrenaturais... E' mesmo por isso que combatemos o Estado e outras realidades históricas igualmente nefastas.

Nós não desdenhamos o problema das nacionalidades; mas achamos que não tem solução estatista. Vemos, sim, a realidade dos grupos étnicos; mas não vemos que êles correspondam às variáveis fronteiras, produtos da conquista, e achamos que é incompatível com êles a existência do Estado, por sua natureza conquistador no exterior e opressivo no interior.

Nós não queremos a destruição das fronteiras pela conquista, não queremos o imperialismo, a expansão dos Estados (intenção e fim de todos); mas não queremos tampouco trabalhar pela conservação dos existentes ou pela sua multiplicação. E para nós a guerra não resolve nenhum problema nacional e não faz mais do que alternar as conquistas e as desforras. A Alsácia-Lorena, outrora germânica, foi depois francesa, para em seguida ser conquistada pela Alemanha; e hoje é reivindicada pela França, para o ser amanhã pela rival, se o triunfo couber aos aliados.

*

Muito haveria ainda que dizer e desenvolver; mas é tempo de pôr ponto na nossa já longa réplica. Demais, ninguém poderá, sem ridículo, acusar-nos de avaros em argumentos. Podemos afoitamente dizer que o nosso jornal é, entre os anarquistas, aquele que mais abundantemente tem discutido o problema — numa demasia que nos tem sido censurada por amigos e adversários.

Emendas:

No artigo anterior, saiu *rela internacionais* em vez de *relações internacionais*; *velha identificação* por *velhaca identificação*; *ouvir falar* por *ouviu falar*.

CONES PERSEGUIDOS

PARA

evitar as famílias numerosas

Cada caixa de 12, custa $30

(300 réis).

A' venda nesta redacção.